

MULHERES NEGRAS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS

Maria Nayara Oliveira Torres ¹
Jailly Felix Salazar ²
Kelly Almeida de Oliveira ³

RESUMO

O trabalho apresenta relatos da trajetória escolar de mulheres negras, bem como identifica os principais desafios enfrentados nos espaços educacionais e analisa a relação dos preconceitos e entraves vivenciados pela mulher negra no contexto escolar, e assim entender como o processo de construção da identidade negra contribui para a conquista de mulheres nos espaços educacionais. As mulheres negras têm ocupado outros espaços sociais através de resistência., elas têm conquistado espaços na educação e recentemente o acesso ao ensino superior. a presença de mulheres negras na educação representa o empoderamento feminino negro. A partir disso, fez-se uso das/os autoras/es que investigam a construção social da identidade da mulher negra, do racismo, preconceitos étnico-raciais e do acesso e permanência da mulher aos espaços educacionais. Adotou-se a entrevista semiestrutura com quatro perguntas abertas direcionadas a três mulheres negras de universidades públicas do estado do Maranhão. As entrevistadas relataram sobre a trajetória escolar, os preconceitos que sofreram por sua etnia e classe social, bem como, sobre atitudes preconceituosas com e de colegas que presenciaram. Elas relataram, ainda que, naquele momento, não compreendiam que se tratava de racismo, sexismo e preconceito de classe. Assim, o ensino superior não se configura como espaço de igualdade e respeito. Apesar disso, consideram a escola como importante nesse processo de construção da identidade negra. Destacamos as Leis nº 11.645/2008 e Lei nº 12.711/2012 que amparam o ensino da cultura e história afrodescendente e as cotas para pessoas negras nas instituições federais de ensino superior.

Palavras-chave: Identidade negra, educação, empoderamento negro.

MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO

Ao longo da história, as mulheres sofreram discriminações em diversos espaços sociais. Situação que se acentua quando se trata de mulheres negras. Com isso, as mulheres negras têm sua trajetória marcada por sofrimentos, resistências, lutas, discriminações e conquistas. O que sofreram e sofrem para ter acesso à educação, trabalho e outros espaços sociais e serem reconhecidas como pessoas com direitos é um processo de resistência. Em relação ao ambiente escolar, existem muitas mulheres negras, entretanto, deve-se questionar

¹ Graduada em Pedagogia, membro dos grupos de pesquisa FORDOC e GEPHEM e pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental - UFMA, maria.nayara@discente.ufma.br;

² Graduado em licenciatura em pedagogia - UFMA, jaillycfsd@gmail.com;

³ Professora do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão -UFMA, coordenadora do grupo de pesquisa GEPHEM, ka.oliveira@ufma.br.

quais os desafios que elas tiveram que enfrentar para poder ter acesso à educação, bem como refletir a respeito do que têm feito para fazer parte desse espaço e conquistar uma formação universitária. Nesse sentido, teve papel importante o movimento das mulheres negras, estratégia encontrada para combater o racismo. O movimento negro aconteceu porque já não era suportável tanta desigualdade, assim houve a necessidade de reeducar o povo brasileiro em relação à desigualdade racial (SILVA, 2010).

O movimento feminista se constituiu a partir da busca de mulheres por aquisição de direitos como voto, trabalho e educação. Esse movimento surgiu por volta do século XVII na Europa, de modo que as mulheres se aliaram ao que se estabeleceu como lema da Revolução Francesa: igualdade, fraternidade e liberdade. No entanto, essa revolução não alcançou efetivamente as mulheres porque elas não foram incluídas na sociedade da forma pretendida pelo movimento.

Assim, o papel social da mulher e as formas de opressão permaneceram praticamente inalteradas. Apesar disso, o movimento feminista continuou sua luta por equidade e reivindicando mudanças, chegando ao Brasil no século XIX. Ao longo dos anos, o movimento feminista conquistou direitos para as mulheres, sem almejar, naquele momento, discutir o papel da mulher branca e da mulher negra na sociedade, ou seja, enfatizavam as opressões e o papel social da mulher sem levar em consideração a etnia e classe social.

A segunda onda do feminismo teve início na década de 1970, momento em que as mulheres lutavam por melhores condições de trabalho, participação política enquanto as mulheres negras discutiam a invisibilidade dentro das pautas do movimento. Com isso, a terceira onda se construiu pautada na universalização da categorização mulher e das discussões sobre sexo e gênero, questionando a participação majoritária de pessoas do sexo feminino no movimento feminista (RIBEIRO, 2018).

No que se refere ao feminismo negro, observa-se que na década de 1960 se começou a pensar a respeito da questão étnico-racial dentro do movimento. O discurso de Sojourner Truth⁴ expôs a invisibilidade da mulher negra no movimento feminista e da necessidade de potencializar suas vozes, tendo em vista o sofrimento gerado pelas variadas formas de opressão e discriminação por ser serem negras.

Diante disso, entende-se a importância de apresentar relatos da trajetória escolar de mulheres negras, bem como identificar os principais desafios enfrentados nos espaços

⁴ Sojourner Truth, uma mulher que se destacou na luta pelos direitos femininos e pela abolição da escravidão no século XIX nos Estados Unidos. Analfabeta durante toda sua vida, Truth ganhou notoriedade através dos relatos e discursos transcritos e publicados por outras pessoas em jornais e cartas, além de sua narrativa ditada por ela para Olive Gilbert (JONES; SIMÕES, 2017).

educacionais e analisar a relação dos preconceitos e entraves vivenciadas pela mulher negra no contexto escolar e entender como o processo da construção da identidade negra contribui para as conquistas de mulheres negras nos espaços educacionais.

Nessa direção, por meio do estudo “Mulheres negras nos espaços educacionais: desafios e conquistas”, realizamos entrevistas com três mulheres negras. Sendo uma graduanda do curso de Pedagogia, uma graduanda do curso de Administração e uma mestra em História, todas são de universidades públicas do estado do Maranhão. As mulheres negras têm bravamente conseguido conquistar espaços sociais, anteriormente impossíveis, conquistados mediante movimentos sociais formados tanto por mulheres negras quanto por homens negros, que viabilizaram políticas afirmativas, com passos importantes, mas caminhando lentamente na construção de uma sociedade igualitária.

As mulheres negras têm lutado para ter direitos, embora muitas de suas lutas sejam invisibilizadas e até tratadas como se não tivessem importância para a sociedade. Dessa forma, torna-se necessário expor o quanto as mulheres negras vêm conquistando e ocupando outros espaços sociais por meio de estratégias de resistência. Com isso, elas têm conquistado espaços na educação e, recentemente, o acesso ao ensino superior. Evidentemente, que esse direito é uma conquista política e epistemológica e não um privilégio. Por isso, a presença de mulheres negras na educação, de modo especial no ensino superior, representa o empoderamento feminino negro.

No processo de construção da identidade de uma pessoa são vários os componentes constituidores que envolvem tanto aspectos internos como externos. Nesse sentido, as experiências, referências e ambiente social têm importância durante esse processo. Logo, a representatividade é elemento relevante para que a pessoa possa construir sua identidade (HALL, 2006; CARVALHO, 2006).

A partir disso, buscou-se na literatura Almeida (2019), Abrantes et. al. (2016), Bello (2015), Fernandes et. al. (2007), Dulphin et. al. (2001), Gomes (2019), Silva (2010), e Ribeiro (2019), Hall (2006), Louro (2007), Marques (2018), Paim (2019), Racy (2017), Ribeiro (2019) e Silva (2010) que investigam sobre a construção social da mulher negra, do racismo, preconceitos étnico-raciais, do acesso e permanência da mulher negra nos espaços educacionais. Assim se investiga quais são os desafios e conquistas das mulheres negras nos espaços educacionais.

PERCURSO METODOLÓGICO



A pesquisa é qualitativa, exploratória e descritiva. As entrevistas individual foram realizadas presencialmente na primeira semana de dezembro de 2019, formulamos quatro perguntas para a realização da entrevista com mulheres negras, a primeira é Esmeralda⁵ de 23 anos, cursa licenciatura em pedagogia numa instituição pública federal sendo a primeira da família a cursar o ensino superior. A Sáfira de 28 anos, bacharel em administração por uma universidade pública estadual e a primeira da família com formação superior. A Rubi de 31 anos é formada em licenciatura em sociologia, mestre em história pela instituição pública e docente no ensino superior.

Assim, as perguntas foram construídas levando em consideração as práticas discriminatórias vivenciadas ao longo da educação básica, especialmente no ensino superior, a percepção a respeito do ambiente universitário, a representatividade e identidade das mulheres negras no ensino superior, os desafios e conquistas enfrentados para alcançar o ensino superior. As entrevistas foram gravadas em áudio pelo celular, transcritas pela pesquisadora e as análises dos resultados foram feitas tendo como base o que as entrevistas relataram e com os teóricos usados na pesquisa.

DESAFIOS E CONQUISTAS PARA AS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

O Brasil é um país marcado e estruturado por desigualdades sociais, por ações discriminatórias e excludentes em que as mulheres negras são pessoas que sofrem tríplice violência: por serem mulheres, negras e pobres. É devido às desigualdades sociais que o Brasil tem adotado e traçado formas de redimir séculos de escravidão. Com isso, foram criadas políticas públicas fundadas em ações afirmativas visando equiparar as condições sociais entre pessoas com a cor da pele branca e negra. Elas fizeram emergir cotas étnico-raciais para o acesso ao ensino superior e suas respectivas estratégias de permanência.

No Brasil, existem leis que disciplinam e punem práticas racistas, são elas: Lei Nº 7.716, de 1989, que torna crime os atos discriminatórios baseado na etnia, crença e nacionalidade. Racismo é crime inafiançável. E no acrescenta os crimes cometido nos meios de comunicação e prevê reclusão de dois a cinco anos e multa, assim como “interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores” (BRASIL, 1989). Recentemente, o Plenário do Senado aprovou em 18 de novembro de 2021

⁵ Os nomes são fictícios e de pedras preciosas.

o projeto que tipifica a injúria racial como crime de racismo (PL 4.373/2020). Com esse projeto a injúria racial passa a ser inafiançável, imprescritíveis e a aumenta a pena (SENADO, 2021).

Destacamos que as ações do Estado em desenvolver e criar legislação específica e políticas afirmativas são consequência das reivindicações, disputas e resistências dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro Unificado (MNU), e da atuação conjunta com outros países em formular textos internacionais que garantissem o direito à educação para todas as pessoas. Um exemplo de documento forjado democraticamente com este viés é a Declaração dos Direitos Humanos (1948). Ao consideramos que o direito à educação é uma conquista para as pessoas negras, apresentamos o que Marques (2018. p.20) destaca:

As políticas afirmativas em curso na educação superior possibilitam o acesso da população negra à universidade, porém ainda apresentando inúmeros desafios para a permanência e o êxito acadêmico. Entre esses tantos aspectos, encontra-se a possibilidade de os jovens negros fortalecerem seu pertencimento étnico-racial em um espaço historicamente homogêneo, no qual a diversidade cultural e racial antes não se fazia presente (MARQUES, 2018. p.20).

O desenvolvimento de políticas afirmativas educacionais desde a década de 1990, no que tange ao acesso ao ensino superior, significou a ascensão social para uma parcela da população que antes não ousaria pensar nessa possibilidade. Corolária dessa mudança, temos, hoje, nos bancos universitários, estudantes que, em alguns casos, são os primeiros de sua família a ocupar este espaço, à revelia das muitas barreiras a serem vencidas tanto na educação como em outros espaços sociais. Nessa direção, a criação da, Lei nº 12.711 de 2012, conhecida popularmente como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior para os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas, é considerada como um avanço (MARQUES, 2018. p.1). A referida Lei encontra-se em discussão.

A intenção de alguns legisladores é torná-la permanente, ampliando as cotas para instituições particulares e, posteriormente, extingui-la (AGÊNCIA SENADO, 2022). Essa discussão acontece em decorrência da previsão legal estabelecida no art. 7º da Lei nº 13.409 de 2016. Esse artigo define que, decorridos dez de vigência da Lei nº 12.711 de 2012, será realizada a revisão do programa especial de cotas em instituições de ensino superior para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

A respeito disso, o deputado federal Kim Kataguiri, autor do Projeto de Lei - PL 4125/21 que propõe a conversão das cotas raciais em sociais, argumenta que a Lei de cotas

raciais é inconstitucional, porque entende que “as cotas de renda abrangem todos. Para ele, “Quem é excluído da educação é o pobre, que entra cedo no mercado de trabalho e depende dos serviços educacionais do Estado, que em geral são de péssima qualidade. A pobreza não tem cor: atinge negros e brancos” (KATAGUIRI, 2022). Esse entendimento mostra o quanto é necessário o Brasil criar políticas educacionais no que se refere às questões étnico-raciais de forma a combater o racismo estrutural (AGÊNCIA CÂMARA, 2022).

Em relação a isso, na obra *Racismo estrutural*, Silva (2019.p.39) pontua que “negros e negras são considerados o conjunto da população brasileira, apresentam menor índice de escolaridade e, sim, o sistema político e econômico privilegia pessoas consideradas brancas”. Essa ação de não considerar a questão racial como fator de exclusão da educação, assim como de outros setores da sociedade, significa não considerar o racismo como estrutural, o que reforça a importância da pauta levantada pelo Movimento Negro durante o processo de construção da 7ª Constituição Federal-CF de trazer no texto o reconhecimento do racismo e as ações para o coibir (SILVA, 2019; GOMES, 2019).

Para o Movimento Negro é de grande relevância o amparo legal, porque pressiona o Estado a criar leis e políticas públicas que oportunizem o acesso e permanência à educação, bem como construir mecanismos para coibir e punir ações racistas. No entanto, o Estado parte de uma perspectiva que o racismo não é visto como estrutural o que repercute na construção de leis que, não combatem ao racismo efetivamente. De tal maneira que, no período de construção e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, as demandas e reivindicações do Movimento Negro não foram atendidas, prevalecendo o discurso de democracia racial e meritocracia. Por isso, a criação Lei da nº 10.639 de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana, representa um passo importante para uma educação antirracista condizente com as lutas, reivindicações e resistência do Movimento Negro.

O racismo estrutural é edificado e alimentado pela sociedade patriarcal, misógina e sexista. Tais práticas discriminatórias são naturalizadas em meio à piadas, frases e ditados populares que são diariamente ditos sem se notar que se trata de discriminação. No ambiente universitário não é diferente. Os elementos sociais e econômicos são ferramentas usadas para exaltar uma etnia em detrimento da subalternação de outra (LOURO, 2007; PAIM et. al. 2019; RIBEIRO, 2017). Sobre as raízes, sobre as quais o racismo se estruturou no Brasil, cabe mencionar o que Gomes (2002, p.42) reflete:

Quando pensamos nos africanos escravizados e trazidos para o Brasil, sempre vem à nossa mente o processo de coisificação do escravo



materializado nas relações sociais daquele momento histórico. Esse processo se objetivava não só na condição escrava, mas na forma como os senhores se relacionavam com o corpo dos escravos e como os tratavam: os castigos corporais, os açoites, as marcas a ferro, a mutilação do corpo, os abusos sexuais são alguns exemplos desse tratamento. Mesmo diante de tal situação, em que a liberdade oficial estava condicionada à carta de alforria, os escravos e as escravas desenvolveram as mais diversas formas de rebelião, de resistência e de busca da liberdade (GOMES, 2002. p.42).

No entanto, Fernandes et. al. (2007) apresenta a escola como um lugar de descoberta, aceitação e construção da identidade, que oportuniza o contato com diferentes pessoas de diferentes realidades. O ambiente escolar é o local propício para o combate ao racismo e outras formas de discriminação. Conforme previsto na Lei nº 9.394, a finalidade do ensino escolar é promover “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, referência da LDB), bem como “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. Embora haja a previsão legal de princípios equitativos na legislação vigente, práticas de respeito, igualdade e equidade são excessão, como atesta Ribeiro (2018), ao comentar sobre a questão do racismo estrutural e da construção social da identidade da mulher negra.

Diante disso, Marques (2018) compreende que essas políticas de inclusão da população negra no ensino superior são necessárias, mas esse processo se revela como um “grande desafio posto à universidade é garantir um espaço de interlocução e de visibilidade a lógicas outras, um espaço em que aconteçam as tensões, as negociações e a ressignificação, que a lógica antes naturalizada seja subvertida e transformada” (MARQUES, 2018.p.23).

A respeito disso, Ribeiro (2018) discute como as universidades ainda priorizam o referencial teórico de homens brancos, sendo necessário uma descolonização do conhecimento para construção de uma sociedade anti-racista. Com isso, o acesso ao ensino superior ainda apresenta desafios para as mulheres, ainda mais para as mulheres negras. Esse que é um espaço de disseminação e produção de conhecimento e compartilhamento de experiências. Por vezes se revela como um ambiente de discriminação e exclusão social.

Sobre a imagem da mulher negra constituída pela sociedade, Abrantes; Junior (2016, p. 133) mostram a existência de “uma visão muito forte até nossos tempos e também um tipo de violência simbólica, é o mito da mulher negra provida de uma sexualidade exacerbada”. Dessa maneira, essa visão estereotipada influencia na forma como as mulheres negras são retratadas na mídia, conseqüentemente, no processo de formação da identidade da mulher negra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistadas relataram que durante a educação básica e ensino superior, por vezes, sofreram preconceitos pela cor da sua pele e sua classe social, bem como presenciaram colegas sofrendo preconceito étnico-racial. Algumas das ofensas discriminatórias foram proferidas pelos próprios colegas de trabalho. Observamos, com isso que, semelhante ao que ocorre na Educação Básica, no Ensino Superior se perpetuam as mesmas práticas racistas e sexistas.

Esmeralda, Rubi e Sáfira falam sobre como essas práticas são mascaradas em atitudes que a sociedade naturaliza. Rubi, quando criança, não compreendia que aquelas situações eram, em verdade, práticas de racismo e sexismo. Safira⁶ comenta que durante a graduação não teve nenhum professor ou professora negra, mas que não tinha refletido sobre essa questão. Foi, somente ao participar desta pesquisa, que ela começou a pensar sobre a representatividade negra dentro das universidades.

Todas afirmam que apesar de o Ensino Superior ser um espaço para desconstruir qualquer tipo de discriminação, ele não se configura somente como um espaço de igualdade e respeito. No entanto, é um espaço que possibilita a desconstrução de estereótipos sobre pessoas negras e racismo. Elas entendem a importância da necessidade de se discutir e repensar determinadas práticas que vão desde as bibliografias usadas na construção da emenda das disciplinas que, na maioria das vezes, não inclui obras produzidas por pessoas negras.

A respeito da representatividade da mulher na sociedade, Pinto (2010) expõe que essa estrutura socialmente construída pelo patriarcado exclui a participação da mulher em posições de poder e determina os espaços que as mulheres devem ocupar na sociedade. Ao direcionar a discussão para as relações étnico-raciais a exclusão é maior.

Em virtude disso, o ingresso e permanência de mulheres negras no ensino superior torna-se tarefa difícil em virtude da própria estrutura da sociedade brasileira. Nessa direção, Almeida discorre que “As instituições atuam na formulação de regras e imposição de padrões sociais que atribuem privilégios a um determinado grupo racial, no caso, os brancos” (ALMEIDA, 2019.p.30).

As entrevistadas consideram que, embora tenham sofrido discriminação nos espaços educacionais, a escola representa um espaço muito importante na desconstrução da imagem



criada na mídia e nos livros didáticos sobre pessoas negras. A escola também exerce um papel de relevância na construção da identidade negra, empoderamento negro e no combate às ações racistas e discriminatórias.

A respeito disso, Rubi destaca os mecanismos legais criados para a construção de uma sociedade anti-racista, tais como a Lei nº 11.645, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afrodescendente como estratégia para transformar o espaço educacional em um ambiente em que prevalece o respeito e igualdade. Outro exemplo citado pelas participantes é a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que estabelece cotas para ingressos de negros e indígenas em instituições federais de ensino superior. Quanto à presença de docentes negras nas universidades públicas, Esmeralda e Rubi comentaram que percebem que algumas discentes negras interagem mais nas aulas com as professoras negras. Nisso, Esmeralda, Rubi e Sáfira entendem como uma representação de força, resistência, coragem, estímulo e exemplo de superação.

No espaço acadêmico prevalece a presença majoritária de pessoas brancas nos cargos mais elevados tais como: direção, supervisão, coordenação e docência. Por outro lado, os trabalhos desvalorizados pela sociedade são executados por pessoas negras, assim como os acadêmicos negros e acadêmicas negras, em cursos superiores, estão em menor número.

Esmeralda, Rubi e Sáfira apresentam suas trajetórias escolares e o fato de cursarem o ensino superior em turmas e universidades distintas, faz com que devido ao racismo estrutural, compartilhem experiências semelhantes de discriminação de gênero e étnico-racial lutas e resistências. Além disso, em um dos depoimentos veiculados por Esmeralda, encontramos o seguinte relato: “que não é a cor de sua pele que fala se ela é ou não capaz, e que se ela chegou onde está é porque ela tem capacidade como qualquer outro.”

Durante as entrevistas, foi possível identificar, ainda, como as entrevistadas, principalmente Rubi, entende as leis de racismo, ensino da cultura e história afrodescendentes, das cotas, entre outros documentos legais.

Dessa forma, é preciso que as ações afirmativas sejam discutidas como uma forma de equiparar as desigualdades étnico-raciais construídas ao longo da história por uma visão eurocêntrica, da superioridade do homem branco sobre o negro que se perpetuou por séculos e deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Isso significa que, não podemos nos contentar em querer apenas a presença de pessoas negras na universidade, mas possibilitar que elas se vejam e sintam-se pertencentes a esse ambiente.

Por isso, se torna tão importante, especialmente para as mulheres negras terem suas narrativas contadas, como estratégias de mudanças para outras mulheres negras. A



representatividade de mulheres negras ocupando o espaço acadêmico, seja na formação inicial e cotinuada seja lecionando no ensino superior é de grande importância para a comunidade negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável as conquistas das mulheres negras, obviamente que ainda se tem muito a ser conquistado, sendo a principal bandeira luta: o acesso e permanência na Educação Superior. Trazer a história de mulheres negras é relevante tanto para as mulheres negras como para outras pessoas que sofreram ou sofrem discriminação étnico-racial, de gênero, de condição social ou quaisquer outras formas de discriminação no ambiente escolar. As pessoas podem ter suas narrativas mudadas mesmo em ambientes e situações difíceis.

Com a investigação observamos que as entrevistadas consideram a educação importante para o empoderamento feminino negro, mesmo que tenham vivido momentos de discriminação. Elas consideram que a escola é um ambiente de convivência com diferentes pessoas, de construção da identidade e de desconstrução do preconceito étnico-racial.

Em relação a isso, tem sido difícil o ingresso e permanência de mulheres negras, pois, existe um racismo estrutural e uma sociedade machista. Com isso, compreende-se que apesar de terem vivido momentos desagradáveis no percurso escolar, elas continuam a lutar, resistir e acreditar que a educação é importante para formação de uma sociedade justa, equitativa e antirracista.

Constatamos, ainda, que as participantes retrataram que os autores utilizados afirmam em seus trabalhos, que a sociedade brasileira é miscigenada. Embora tenhamos leis, políticas públicas e ações afirmativas para equiparar as oportunidades entre brancos e negros, ainda assim prevalecem atitudes e ações racistas e discriminatórias.

Sendo assim, constitui-se racismo estrutural as ocasiões em que as mulheres negras são cotidianamente agredidas com palavras, frases, piadas de cunho racistas e sexistas dentro desses espaços educacionais, e que apesar disso, hoje elas sabem dos seus direitos e vão à luta, cientes da sua identidade negra e suas conquistas. Conforme relatado pelas entrevistadas, a presença de mulheres negras nas universidades configura-se como um caminho para outras mudanças nas bases estruturantes da sociedade brasileira em direção à construção de um país igualitário.

AGRADECIMENTOS



Ao grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História e Educação de Mulheres - GEPHEM e a Universidade Federal do Maranhão -UFMA.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; JUNIOR, Reinaldo dos Santos Barroso. O Maranhão e a escravidão Moderna. **Eduema**. São Luís, 2016.

AGÊNCIA SENADO. Lei de Cotas tem ano decisivo no Congresso. Agência Senado de Notícias. Brasília. 2022. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em 10 de maio de 2022.

AGÊNCIA SENADO. Projeto acaba com cotas baseadas em cor ou raça nas universidades. Agência Câmara de Notícias. Brasília, 2022. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/850137-projeto-acaba-com-cotas-baseadas-em-cor-ou-raca-nas-universidades/> Acesso em 11 de maio de 2022.

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. Pólen. São Paulo. 2019

BELLO, Luciane. Mulheres negras e racismo: desafios e possibilidades na educação. XV colóquio internacional de gestão universitária – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar Del Plata, Argentina. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Planalto. Brasília. 1996.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Senado Federal. Brasília. 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Senado Federal. Brasília. 2012.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Senado Federal. Brasília, 1989.

DULPHIN, Cécile; FARGE, Arlettes; FRAISSE, Geneviève; ZUBER, Christiane Klapisch; LAVAGRE, R. M.; PERROT, M.; PÉZERAT, P.; RIPA, Y.; VOLDAMAN, D.. A história das mulheres. Culturas e poder das mulheres: Ensaio e histografia. **Gênero**. Niterói, v. 2, n.1, 2.2001.

FERNANDES, Danúbia de Andrade. Preto no Branco Identidade negra na telenovela brasileira. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII – Intercom. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste**. Minas Gerais. 2007.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **revista da ABPN**. v. 11, ed. especial. Caderno temático: raça negra e educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?. 2019.



GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, n. 21, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomás Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. ed.11, DP&A, Rio de Janeiro. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. 2007.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v. 23. 2018.

PAIM, Elison Antonio; PINHEIRO, Patrícia Magalhães; PAULA, Josiane Beloni de. Educação, relações etnicorraciais e decolonização na práxis de professores/as. **Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação**. Florianópolis v. 37, n. 2, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RACY, Sonia. Ser negra aqui é ser estrangeira no próprio país. *Estadão*. São Paulo. 18 de Dez. de 2017.

SENADO NOTICIAIS. Senado equipara injúria racial ao crime de racismo, inafiançável e com penas maiores. Senado Federal. Brasília. 2021.

SILVA, Maria da Penha. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**. vol.30 n.3. Brasília. 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, São Paulo. 2017.